
Educação financeira e decisões de consumo: uma pesquisa com servidores públicos do Instituto Agronômico do Paraná

Financial literacy and purchasing behavior: a research conducted with the Instituto Agronômico do Paraná public employees

Bruno Chimentão Punhagui¹
Saulo Fabiano Amâncio Vieira²
Ricardo Lebbos Favoreto³

RESUMO

Este estudo objetivou avaliar o impacto da experiência profissional como servidor público no processo de tomada de decisões de consumo, poupança e investimento. Para tanto, conduziu-se uma pesquisa com os servidores públicos do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR). Obteve-se o retorno de 201 questionários. A análise de dados pautou-se na proposta de Lucci *et al.* (2006). Os respondentes foram categorizados de acordo com o cargo ocupado na instituição. Os resultados alcançados, a despeito da impossibilidade de confirmação de várias das proposições levantadas, propiciam indícios que contribuem para a compreensão das decisões de consumo dos servidores. Constatou-se que fontes de conhecimento exógenas ao trabalho, tais como a experiência prática e o contato familiar, figuram como relevantes fontes de influência do processo de tomada de decisão de consumo.

Palavras-chave: Educação financeira. Decisões de consumo. Finanças pessoais. Tomada de decisão. Serviço público.

ABSTRACT

Using a sample of Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR) employees, this research assesses the influence of the professional experience as public employee on financial decisions. The research is supported by 201 questionnaires answered by the employees. The data analyses were based on Lucci *et al.* (2006) proposal. The respondents were categorized according to the position held in the company. In spite of the non-confirmation of all the propositions, the results enable to deepen the understanding of the decision making process carried out by the employees. It was found that exogenous sources of knowledge, such as practical experience and family relationships, significantly influence the purchasing behavior.

Keywords: Financial literacy. Purchasing behavior. Personal finance. Decision making. Public service.

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Estadual de Londrina -UEL (2013); e-mail: bchimentao@yahoo.com.br.

² Doutorado em Administração pela Universidade Nove de Julho-UNINOVE (2010); docente do Departamento de Administração da Universidade Estadual de Londrina (UEL); e-mail: saulo@uel.br.

³ Doutorado em Administração pela Universidade Nove de Julho-UNINOVE (2014); docente na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/FECEA); e-mail: ricardo.lfavoreto@gmail.com.

1. Introdução

Embora o cenário venha se alterando com a crise que assola a economia brasileira, o poder de compra dos brasileiros aumentou consideravelmente desde a estabilização monetária ensejada pelo Plano Real. Antes do plano, o método mais praticado para se preservar o valor real da poupança era o “ganhou-gastou”; ou seja, quanto menor fosse o tempo entre o momento de obtenção da renda e o momento do consumo, mais se podia comprar. Hoje, não apenas o controle inflacionário, mas também outros fatores, como a expansão de políticas de crédito, permitem que o consumidor possa planejar seus gastos em longo prazo. Agora, para desfrutar dos benefícios decorrentes do planejamento, é indispensável que o consumidor tenha boas informações e conheça as técnicas necessárias para analisá-las e utilizá-las para planejar.

Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a educação financeira presta-se a melhorar o entendimento sobre os conceitos financeiros e instruir as pessoas para melhor aproveitar as oportunidades financeiras diante dos riscos existentes (OCDE, 2005). Quando aprimorada, a educação financeira ajuda o indivíduo a aumentar, gerir e acumular sua renda de maneira mais simples e segura. Embora seja pouco explorada no Brasil (menos que em países como Estados Unidos, por exemplo), já se conta com instituições públicas e privadas que propiciam a educação financeira, ainda que de modo incipiente.

Entre os cursos de graduação que oferecem em suas grades curriculares disciplinas relacionadas à finanças, destacam-se Administração, Ciências Contábeis e Economia. Nenhum deles, contudo, trabalha especificadamente a educação financeira pessoal; seus ensinamentos estão eminentemente voltados para finanças organizacionais, pelos quais os alunos são treinados a gerenciar ativos e passivos em nível organizacional. Fica, assim, a dúvida: na ausência de mecanismos formais de educação, o que influencia o conhecimento sobre o controle de gastos e a composição de endividamento do brasileiro? Será a escolaridade? A experiência profissional? A educação doméstica?

A pesquisa relatada neste artigo enfrenta essas questões. Operando-se com uma amostra constituída por servidores públicos do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), propôs-se a seguinte questão de pesquisa: qual o impacto da experiência profissional como servidor público no processo de tomada de decisões de consumo, poupança e investimento? A pesquisa norteou-se pelo objetivo geral de analisar se experiência profissional no serviço público influencia as decisões financeiras dos indivíduos. Como

objetivos específicos, estatui-se o seguinte: i) detectar as habilidades em se reconhecer e manipular conceitos-chave de finanças; ii) analisar a atitude dos indivíduos em relação às decisões financeiras; iii) identificar o perfil socioeconômico da população estudada.

A despeito de estar relativamente bem desenvolvido em locais como os Estados Unidos e o Reino Unido, o tema ainda não está muito disseminado pela pesquisa científica no Brasil. Pretende-se, com o estudo realizado, incrementar o estado da área correspondente. Características específicas do *lôcus* de pesquisa acrescem ao estudo aspectos que, embora não explorados verticalmente, são particularmente interessantes, como a relação entre a estabilidade contratual e o modo de se tomar decisões financeiras, e a relação entre este e o fato de se acharem os indivíduos num ambiente em que se trabalha com ciência.

2. Referencial Teórico

Procede-se nesta seção, primeiramente, à revisão dos princípios norteadores da área que se convencionou denominar “educação financeira;” depois, da compreensão acerca do conceito correspondente, no Brasil e no mundo; por fim, ao levantamento das pesquisas já realizadas na área.

2.1 Educação financeira: conceituação e princípios norteadores

Para analisar a expressão, Lucci *et al.* (2006) desmembram-na em cada um dos seus termos. De trás para frente: o termo “financeira” indica uma grande quantidade de atividades relacionadas ao controle monetário no dia a dia, como o uso do cartão de crédito ou a contratação de um financiamento; o termo “educação” envolve o conhecimento de conceitos, atitudes e práticas necessárias para a realização de tarefas financeiras. De acordo com Worthington (2006), o conhecimento financeiro alberga duas linhas: a pessoal e a profissional. A primeira diz respeito a como as decisões das famílias são interceptadas pelas circunstâncias econômicas; incluem, assim, tópicos sobre gestão de recursos, como orçamento, poupança, investimento e seguro. A segunda diz respeito à compreensão de relatórios financeiros e mecanismos de governança corporativa.

Para a OCDE (2005), a educação financeira incrementa as habilidades financeiras dos indivíduos por meio de informação, instrução e conselho. A informação envolve o fornecimento de fatos, dados e conhecimento para tornar o indivíduo apto a entender riscos e oportunidades financeiras; a instrução, o provimento, por meio de treinamentos,

da garantia de que o indivíduo adquira as habilidades financeiras para entender os termos e conceitos financeiros; e o conselho, o aconselhamento sobre questões e produtos diversos, para que o indivíduo faça o melhor uso das informações e instruções que recebe.

Segundo Gallery *et al.* (2011), não há um conceito universal de educação financeira. Os autores colocam que o conceito mais utilizado, no entanto, é: “a capacidade de fazer julgamentos inteligentes e decisões eficazes em relação ao uso e gestão do dinheiro” (LINES; SCHAGEN, 2006 apud GALLERY *et al.*, 2011, p. 288, tradução nossa). Lelis (2006) salienta que a educação financeira é importante porque abrange informações sobre como aumentar a renda, reduzir despesas e gerenciar fundos – em síntese, como gerenciar o próprio dinheiro. Lucci *et al.* (2006) demonstram que a educação financeira é importante sob várias perspectivas. Cabe considerar: sob a perspectiva do bem-estar pessoal, que as decisões tomadas influenciam o futuro e suas consequências podem tanto ser benéficas quanto maléficas à vida do indivíduo; e sob a perspectiva do bem-estar da sociedade, que decisões financeiras podem culminar, em casos extremos, no descontrole dos sistemas públicos, demandando políticas de correção.

Pinheiro (2008) alerta para a importância de se trabalhar a educação financeira desde o início da vida do ser humano. As crianças podem aprender melhor sobre o valor do dinheiro e a relevância de se poupar e planejar gastos; os adolescentes podem adquirir conhecimento para tornar suas vidas mais independentes; os adultos podem aprender a planejar suas vidas para grandes missões e eventos, como o sustento da família, a compra da casa própria e a aposentadoria. O autor comenta que a educação contribui para que as famílias não caiam em armadilhas forjadas por comerciantes fraudulentos, nem entrem em dificuldades financeiras.

Enfim, indivíduos que têm contato formal com educação financeira tendem a conseguir alocar seus recursos de maneira mais segura que indivíduos que nunca estudaram o tema (PENG *et al.*, 2007). A educação financeira estaria, dessa forma, intimamente relacionada com o sucesso financeiro do indivíduo. De acordo com Pinheiro (2008), se houvesse uma preocupação maior com educação financeira, talvez a grande crise ocorrida em 2008 pudesse ter sido evitada, ou seu impacto poderia ter sido menor.

2.2 A educação financeira no mundo e no Brasil

Pinheiro (2008) coloca que, segundo dados da OCDE, o nível de educação financeira não é elevado em boa parte dos países. No Japão, por exemplo, 71% dos adultos, não

teriam conhecimento sobre ações e títulos. Holzmann e Miralles (2005) destacam Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e alguns países da América Latina e Europa Central como países em que a educação financeira está mais desenvolvida. Neles, vêm sendo desenvolvida uma série de programas – que se utilizam de ferramentas de treinamento e campanhas de mídia, voltadas ao esclarecimento de dúvidas sobre assuntos como investimento, poupança e crédito – por se perceber a importância que a educação financeira tem para a população.

No entanto, mesmo havendo locais em que a educação financeira é mais desenvolvida, Lusardi e Mitchell (2006) registram que uma parcela grande da população tem conhecimentos ainda baixos. Pesquisa realizada pelo ANZ Banking Group, em 2005, por exemplo, na Austrália e na Nova Zelândia, com indivíduos maiores de 18 anos, sobre práticas financeiras, mostra alguns resultados surpreendentes. A pesquisa realizada na Austrália demonstra que, embora 67% dos entrevistados digam que entendem juros compostos, apenas 28% tiveram resultados satisfatórios quando colocados diante de um problema para resolver. Na Nova Zelândia, os resultados foram similares.

Nos Estados Unidos, diversas são as pesquisas sobre comportamento financeiro – a exemplo de Roberts e Jones (2001), que examina, entre outras questões, o uso do cartão de crédito por estudantes adolescentes. Pinheiro (2008) relembra que, nos Estados Unidos e na Coreia do Sul, estudos feitos pela OCDE apontam que estudantes do ensino médio não têm, em geral, habilidades para escolher e administrar um cartão de crédito, nem para poupar para aposentadoria.

England e Chatterjee (2005) citam que, em 2000, o DfES (Department for Education and Skills) emitiu um guia contendo práticas de educação financeira para ser implementado nas escolas da Inglaterra e do País de Gales. O guia oportunizava aos alunos tomar contato com conceitos financeiros em matérias como matemática e em atividades envolvendo a administração. Na Escócia, foi lançado, em 2002, o SCFE (Scottish Centre for Financial Education), com o objetivo de ajudar professores, escolas e autoridades educacionais a prover aos estudantes conhecimento básico sobre educação financeira.

Savoia, Saito e Santana (2007) fazem um levantamento das principais ações desenvolvidas por várias entidades, empresas e órgãos governamentais, no que diz respeito à educação financeira no Brasil, conforme apresentado na sequência.

Quadro 1 - Ações que visam à educação financeira

Entidade	Ação
Ministério da Educação e Cultura (MEC)	A despeito de não obrigar o ensino da educação financeira nas instituições de ensino, recomenda estimular, no ensino da matemática, a interpretação de textos com conteúdo econômico, assim como a prática de relações entre a matemática e outros campos do conhecimento; em conjunto com o Ministério da Fazenda, a Secretaria da Receita Federal, a Secretaria do Tesouro Nacional e as Secretarias de Fazenda e de Educação dos Estados, estimula a implantação do Programa Nacional de Educação Fiscal, com o objetivo de levar o conhecimento fiscal aos indivíduos
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Oferece palestras e cartilhas gratuitas, com o objetivo de sanar dúvidas quanto a investimentos
Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa)	Oferta o programa educacional Bovespa, para aqueles que querem entender sobre bolsa de valores e mercado acionário
Serasa	Oferta o Guia Serasa de orientação ao cidadão, com o intuito de auxiliar os indivíduos na gestão dos seus recursos financeiros
Federação Brasileira de Bancos (Febraban)	Fornece informações a respeito do uso de produtos financeiros, como o cartão de crédito e o caixa automático, entre outros
Associação Nacional dos Bancos de Investimento (Anbid)	Estimula a formação de investidores, divulgando conceitos sobre investimento pessoal

Fonte: elaborado pelos autores.

No dia 22 de dezembro de 2010, foi instituída pelo decreto nº 7397 a ENEF (Estratégia Nacional de Educação Financeira), a qual, de acordo com o artigo 1º, tem “a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010). No site <http://www.vidaedinheiro.gov.br>, apresentam-se diversas questões concernentes à ENEF. As diretrizes da ENEF são: (i) Programa de Estado, caráter permanente; (ii) Ações de interesse público; (iii) Âmbito Nacional; (iv) Gestão centralizada e execução descentralizada; (v) 3 níveis de atuação (informação, formação e orientação); (vi) Avaliação e revisão permanentes e periódicas. A ENEF conta com um programa chamado “Educação Financeira nas Escolas”, feito para ensinar alunos a se comportarem quando for preciso tomar uma decisão financeira. O programa é apresentado em forma de material didático, o Livro

do Aluno e o Livro do Professor, ambos criados pelo Grupo de Trabalho instituído pelo Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (Coremec), conforme as diretrizes da ENEF. O Livro do Aluno apresenta diversas situações de contextualização dos conceitos financeiros (de forma didática), buscando, assim, esclarecer a presença do sistema financeiro nacional no nosso dia a dia. Em 2010, o programa começou a ser oferecido como projeto-piloto para algumas escolas. Os professores dessas escolas têm acesso a um curso de capacitação para a aplicação do material didático.

2.3 Levantamento de pesquisas realizadas

A pesquisa realizada por Vieira, Bataglia e Sereia (2011) teve como objetivo analisar se a educação financeira obtida nos cursos de graduação influencia as atitudes de consumo, poupança e investimento dos indivíduos. Foi aplicada a alunos de graduação dos Cursos de Administração, Ciências Econômicas e Ciências Contábeis de uma universidade pública do norte do Paraná. Os resultados demonstraram que a formação acadêmica contribui para o aprimoramento da tomada de decisões financeiras, mas os aspectos analisados não obtiveram relevância estatística significativa. Ressaltam-se, também, outras formas de conhecimento relevantes, como a experiência prática e os ensinamentos familiares, que devem ser melhor analisadas em pesquisas futuras.

Savoia, Saito e Santana (2007) propõem ações que auxiliam no engajamento dos agentes públicos e privados nos programas de educação financeira. Os autores fizeram um levantamento bibliográfico e documental, para oferecer respaldo teórico à pesquisa. Eles apontam visões de autores internacionais sobre o tema e comentam sobre a situação atual de países como Estados Unidos e Reino Unido. Em relação ao Brasil, atentam para a precariedade da situação no país, devido à falta de conhecimento e experiência dos agentes envolvidos na capacitação financeira. Ressaltam também a falta de ajuda do governo e de instituições de ensino, agentes importantíssimos para levar a educação financeira adiante.

Pinheiro (2008) trata em sua pesquisa da importância da educação financeira para o segmento de previdência complementar. Especificamente, discute a promoção de práticas educativas como instrumentos para (i) melhorar o funcionamento dos fundos de pensão, (ii) mudar hábitos culturais que podem prejudicar a qualidade de vida do brasileiro, como baixos níveis de poupança previdenciária, (iii) enfrentar as consequências advindas da transição demográfica e do risco de longevidade, (iv) permitir

que o indivíduo realize escolhas financeiras adequadas ao seu perfil e (v) auxiliar as atividades do órgão governamental de fiscalização dos fundos de pensão. A experiência da OCDE no incentivo à educação financeira é posta em destaque.

Lucci *et al.* (2006) perquirem se a formação financeira influencia as decisões de consumo e investimento. Realizou-se pesquisa com alunos dos cursos de graduação em Administração e Ciências Contábeis. A resposta ao questionário requeria conhecimentos sobre conceitos ligados a fluxo de caixa, valor do dinheiro no tempo, custo de oportunidade e risco. Os autores detectaram, assim como a pesquisa realizada por Vieira, Bataglia e Sereia (2011), que conhecimentos sobre finanças aprendidos na universidade influenciam positivamente a qualidade da tomada de decisões financeiras.

Claudino, Nunes e Silva (2009) objetivaram identificar a relação entre o nível de educação financeira e o nível de endividamento de servidores públicos técnico-administrativos de uma instituição pública. Pretendiam explorar a necessidade da implantação de um programa de educação financeira para suprir as carências diagnosticadas na pesquisa. Os resultados apontaram que o nível de educação financeira dos servidores era insuficiente e as principais deficiências tocavam os seguintes assuntos: liquidez das aplicações, elaboração de lista de compras, planejamento financeiro e taxas do cheque especial. Os autores concluíram que o nível de educação financeira influencia a composição do endividamento, porém, mesmo com o conhecimento sobre finanças, ainda se verifica a possibilidade de contração de dívidas de risco. Aponta-se para a necessidade de um curso na área de gestão financeira para os funcionários.

Ribeiro *et al.* (2009) avaliam aspectos do comportamento financeiro de estudantes de Administração da Universidade Federal de Santa Maria. Além de buscar conhecer a propensão ao endividamento dos alunos, a pesquisa tinha por objetivo conhecer também a influência de fatores comportamentais (materialismo e uso de cartão de crédito) e de perfil (gênero, idade e religião). Revelou-se que alunos do curso de Administração têm baixa propensão ao endividamento, ou seja, tendem a gastar menos do que recebem. Os indivíduos mais religiosos e as mulheres mostraram-se mais propensos ao endividamento.

Pesquisas desenvolvidas no lócus de outros países também chamam atenção. England e Chatterjee (2005) resumem as ações e os efeitos da educação financeira no Reino Unido, apresentando as informações e contribuições para o desenvolvimento futuro da educação financeira, tanto para adultos como para crianças e adolescentes.

Lusardi e Mitchell (2006) demonstram os problemas enfrentados pelos americanos na vida com a aposentadoria. De acordo com os autores, as dificuldades são oriundas da falta de conhecimento sobre conceitos de poupança e investimento. A pesquisa mostra como o governo e outras instituições financeiras têm reagido a essas informações e também como o exemplo de outros países, como Japão e Suécia, ajudam na formulação de novos programas de educação financeira.

Holzmann e Miralles (2005) tratam do papel, dos limites e das alternativas da educação financeira em se tratando de poupança para aposentadoria, com foco na experiência de países das Europas Central e Oriental. Os autores apresentam um resumo da situação da educação financeira nos países vinculados à OCDE e concluem que o nível educacional é baixo e de eficácia limitada. A pesquisa aprimora conhecimentos sobre poupança para constituição de aposentadoria e em ambientes voltados para o mercado. Seus resultados apontam que, se a educação financeira é baixa, a educação relativa à poupança para aposentadoria é, em alguns casos, ainda mais baixa.

Peng *et al.* (2007) buscam identificar o impacto da educação financeira pessoal nos ensinos médio e superior. Aplicou-se um *survey* contendo questões sobre experiência financeira, participação em educação financeira, renda e características demográficas para uma amostra de 1039 alunos de uma universidade no centro-oeste dos Estados Unidos. Resgataram-se dados relativos ao conhecimento financeiro e à poupança anos após a educação financeira ter sido ofertada. Os resultados demonstram não haver relação significativa entre a educação financeira no ensino médio e o conhecimento sobre investimentos. No entanto, a participação num curso de finanças pessoais no ensino superior foi associado a níveis mais altos de conhecimento sobre investimentos.

3. Procedimentos Metodológicos

Os dados foram coletados por meio de questionários dirigidos a uma amostra de servidores públicos do IAPAR, autarquia do governo do Estado do Paraná sediada em Londrina (PR). Após conversas com a Diretoria de Recursos Humanos (DRH), optou-se, por questões práticas, por fazer a pesquisa não em formato de censo (como originariamente pretendido), mas de amostragem por conveniência. O questionário foi aplicado pessoalmente. Foram realizados contatos via telefone, *e-mails* e visitas às áreas dos funcionários. Conseguiu-se um total de 201 questionários respondidos, 160 de

agentes de Ciência e Tecnologia (C&T) e 41 de pesquisadores, número correspondente a 55,83% do total de funcionários operantes na instituição no período de coleta de dados.

De acordo com levantamento procedido junto à DRH, a sede da instituição contava com aproximadamente 410 funcionários, divididos entre Agentes de C&T A, B e C e pesquisadores A, B e C. No período em que foi realizada a pesquisa, havia em torno de 50 funcionários de férias e gozando de algum tipo de licença. Agentes de C&T são funcionários que exercem cargos administrativos e cargos de apoio aos laboratórios e às estações experimentais. O progresso nos cargos, de A para B e de B para C, tanto no caso dos agentes de ciência & tecnologia, como no caso dos pesquisadores, dá-se por meio de titulação acadêmica e tempo de serviço.

As análises dos dados basearam-se na proposta de Lucci *et al.* (2006), que foi adaptada de acordo com os objetivos de pesquisa aqui propostos. As análises foram realizadas a partir de estatística descritiva, por distribuição de frequências. Os dados são apresentados nas tabelas sempre em função dos cargos – cargo vs. investimento, cargo vs. tipo de uso do cartão, cargo vs. dívida. As frequências são expostas em números absolutos e percentuais.

Para responder ao primeiro objetivo específico, que pretendeu detectar o nível de conhecimento sobre conceitos relacionados à educação financeira (habilidades em reconhecer e manipular conceitos-chave de finanças), construíram-se duas proposições – P1: os agentes de C&T possuem maior capacidade de reconhecer e manipular os conceitos-chave de finanças do que os pesquisadores; e P2: os agentes de C&T nível C (Profissional de C&T) possuem maior capacidade de reconhecer e manipular os conceitos-chave de finanças do que os agentes de C&T nível A (auxiliar de C&T). Para testar as proposições P1 e P2, formularam-se as questões a seguir elencadas.

Quadro 2 - Questões relacionadas ao cumprimento do primeiro objetivo específico

Questão abordada	Resposta esperada
Núcleo da Q3: Noções níveis de liquidez dos investimentos	Resposta esperada: alternativa que indica bens móveis e imóveis como os menos líquidos, já que as demais alternativas indicam ativos de natureza financeira que, em condições normais, são mais líquidos que bens materiais.
Núcleo da Q5: Noções do valor do dinheiro no tempo	Resposta esperada: alternativa que indica que as somas monetariamente iguais de recursos, mas aplicadas em momentos distintos, geram resultados distintos.
Núcleo da Q7: Noções de custos financeiros das dívidas	Resposta esperada: alternativa que indica que

Núcleo da Q9: Noções da relação entre antecipação de consumo e pagamento de juros	dívidas “roladas” representam custos financeiros mais elevados. Resposta esperada: alternativa que indica que a compra à vista é mais barata que a compra financiada.
Núcleo da Q11: Noções de planejamento financeiro e poupança	Resposta esperada: alternativa que indica o tempo que o consumidor levará para quitar um bem, considerando-se suas receitas e suas despesas correntes.

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Lucci *et al.* (2006).

Para responder ao segundo objetivo específico, que pretendeu analisar a atitude dos pesquisados em relação às decisões financeiras tomadas, construíram-se seis proposições – P3: os agentes de C&T possuem maior propensão ao risco que os pesquisadores; P4: os agentes de C&T nível C (profissional de C&T) possuem maior propensão ao risco que os agentes de C&T nível A (auxiliar de C&T); P5: os agentes de C&T possuem maior noção de segurança de ativos financeiros que os pesquisadores; P6: os agentes de C&T nível C (profissional de C&T) possuem maior noção de segurança de ativos financeiros que os agentes de C&T nível A (auxiliar de C&T); P7: os agentes de C&T possuem menor propensão à poupança que os pesquisadores; P8: os agentes de C&T nível C (profissional de C&T) possuem menor propensão à poupança que os agentes de C&T nível A (auxiliar de C&T). Para testar as proposições P3, P4, P5, P6, P7 e P8, formularam-se as questões a seguir elencadas.

Quadro 3 - Questões relacionadas ao cumprimento do segundo objetivo específico

Questão abordada	Grid de medidas/perfis
Núcleo da Q4: medição da propensão ao risco	De investimento em ações (que representam investimentos de alto risco) a investimento em imóveis (que representam investimentos de baixo risco)
Núcleo da Q6: propensão à poupança para aposentadoria	Há, entre os perfis, aqueles que sequer veem necessidade de poupar e aqueles que já contam com planos de previdência privadas.
Núcleo da Q8: reação à percepção ou não dos custos financeiros atrelados às dívidas	Há, entre os perfis, aqueles que sempre pagam a dívida do cartão de crédito na data de vencimento e aqueles que sempre pagam apenas o mínimo da fatura exigido pelo banco.
Núcleo da Q10: noção da relação entre a antecipação do ato de consumo e o pagamento de juros	Há, entre os perfis, aqueles que preferem antecipar ao máximo o consumo e aqueles que preferem aguardar ao máximo o consumo
Núcleo da Q12: noção de segurança do ativo financeiro	As alternativas apresentam investimentos de tradicionalmente baixa liquidez, comum imóvel, e

Núcleo da Q24: medição da atitude em face do endividamento

investimentos de elevada liquidez, como depósitos em conta corrente.

Há, entre os perfis, aqueles que não possuem dívidas e aqueles que possuem mas sequer sabem como vão pagá-las.

Fonte: elaborado pelos autores, com base em Lucci *et al.* (2006).

Complementarmente, a questão 1 busca avaliar a autopercepção dos entrevistados quanto ao seu nível de conhecimento sobre educação financeira e a sua segurança quanto à tomada de decisões relacionadas a finanças e a questão 2 procura entender de que forma foram adquiridos os conhecimentos, considerando-se que o aprendizado não se concebe a partir de uma única fonte, mas de diversas experiências ao longo da vida.

Para cumprir o terceiro objetivo, que visou identificar o perfil socioeconômico da população estudada, formularam-se as questões 13 a 23. Cabe esclarecer que a questão 16 foi baseada no período em que um servidor público pôde permanecer na função e a questão 18 foi baseada no anexo IV do decreto 2.071/11 (Tabelas de Remuneração Vigentes em 2011) (PARANÁ, 2011).

4. Apresentação e Análise dos Dados e Resultados

Os dados levantados por meio do instrumento de coleta foram sistematizados em um banco de dados e submetidos à determinação de indicadores que deram suporte às análises. Os resultados possibilitados pelo tratamento estatístico são apresentados nesta seção em duas etapas, a primeira destinada ao perfil dos respondentes e a segunda, ao nível de educação financeira constatado.

4.1 Perfil dos respondentes

A identificação do perfil foi realizada a partir dos indicadores de características individuais levantados. O público pesquisado constitui-se prioritariamente por indivíduos do gênero masculino – aproximadamente 70% do total. Mais de 60% situam-se na faixa etária compreendida entre 41 e 60 anos. Quase 70% dos indivíduos são casados. Aproximadamente 48% já buscaram alguma formação além da graduação, sendo 21,89% de pós-graduação, 7,96% de mestrado e 18,41% de doutorado.

Quarenta por cento dos respondentes têm renda pessoal concentrada na faixa compreendida entre 6 a 9 salários. A renda familiar de praticamente todos os pesquisados (94,29%) situa-se na faixa acima de 6 salários. Considerada a renda familiar, os que se

situam na faixa compreendida entre 10 e 13 salários sobem de 17,14% para 25,71% e os que se situam na faixa compreendida por renda superior a 13 salários, sobem de 17,14% para 31,43%.

Parte expressiva dos gastos dos entrevistados ocorre com despesas gerais, como alimentação, água, luz e telefone, que representam quase metade do comprometimento financeiro. Na sequência, de modo decrescente, os gastos são destinados a despesas pessoais (como lazer e vestuário), à poupança e investimentos, a financiamentos, à complementação orçamentária familiar e a outros gastos não relacionados no questionário. A principal fonte de renda dos entrevistados – de modo praticamente unânime – provém do emprego formal. Para quase 80% dos entrevistados, a família – considerada o conjunto de entes residentes no mesmo lar – constitui-se ou pelo entrevistado e companheiro/cônjuge e/ou filhos.

4.2 Educação financeira

Quanto ao que se refere à segurança para lidar com questões financeiras, objeto de perquirição da questão 1, constatou-se que mais da metade dos agentes de C&T nível A (54,29%) não se sentem muito seguros do seu conhecimento financeiro; uma boa parte, no entanto, sente-se de alguma forma segura. Entre os agentes de C&T nível B, a maioria considera-se razoavelmente segura de seus conhecimentos sobre gestão financeira do capital próprio (70,24%). Entre os agentes de C&T nível C, os que se sentem seguros são pouco mais da metade (56,10%). Entre os pesquisadores, os de nível A consideram-se bastante confiantes (todos responderam considerar-se muito ou razoavelmente seguros); já os de nível B e C, praticamente metade de cada qual não se sentem muito confiantes (52,17% e 50%, respectivamente).

O conceito de liquidez, avaliado pela questão 3, não ensejou problemas em grau significativo. A maior parte dos entrevistados respondeu corretamente à questão. Chama atenção, no entanto, que o índice geral de erros foi de 14,63% e, entre os agentes de C&T, o índice sobe para 35,63%. A Tabela 1 demonstra as opções de investimento de prazo de resgate indefinido categorizadas por cargo.

Tabela 1 - Opção de investimento por cargo

Cargo/Invest.	Ações		FIRM ^a		Poupança		Bens Imóveis		Total	
	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
C&T A	2	5,71	6	17,14	2	5,71	25	71,43	35	100
C&T B	8	9,52	6	7,14	20	23,81	50	59,52	84	100
C&T C	2	4,88	6	14,63	10	24,39	23	56,10	41	100
Pesq. A	0	0	2	50	2	50	0	0	4	100
Pesq. B	0	0	5	21,7	2	8,7	16	69,6	23	100
Pesq. C	0	0	8	57,14	3	21,43	3	21,43	14	100

Fonte: elaborada pelos autores.

^aFundos de investimento de risco médio

O perfil conservador dos respondentes pode ser associado à opção por investimentos em bens imóveis. A relação entre perfil e comportamento financeiro já fora objeto de investigação em Ribeiro *et al.* (2009), pesquisa em que se associa um tipo de comportamento a um tipo de público específico – no caso, estudantes de administração de uma universidade. Dos 160 agentes de C&T, 98 afirmaram ser essa sua opção – ou seja, 61,25% do total. Número expressivo é encontrado também entre os pesquisadores: 46,34%. O investimento em bens imóveis é tradicionalmente considerado – principalmente em economias relativamente estáveis – um investimento de baixo risco. Entre os agentes de C&T, a segunda opção mais assinalada foi, no nível A, o investimento em fundos de investimento de risco médio (17,14%) e, nos níveis B e C, a poupança (23,81% e 24,39%, respectivamente).

Entre os pesquisadores, dos 41 respondentes, 46,34% optam por investimento em bens imóveis, a maioria pesquisadores nível B. Entre os de nível B, 69,6% investiriam em bens imóveis. Entre os pesquisadores de nível A, metade optou por fundos de investimento de risco médio e metade pela poupança. Entre os de nível C, a maioria assinalou fundos de investimento de risco médio (57,14%); as opções restantes distribuem-se igualmente (21,43% para cada) entre poupança e bens imóveis.

Na questão 5, os pesquisados foram incitados a demonstrar sua capacidade de compreensão do conceito de juros compostos. Um número alto de entrevistados (85,07%) acertou a questão. Cabe ressaltar, no entanto, que boa parte dos agentes de C&T nível A errou a questão (34,29%). Dos 160 agentes de C&T, 27 (16,88%) demonstraram não conhecer juros compostos.

A questão 6 tinha como objetivo verificar a situação dos entrevistados em relação à aposentadoria. Descobriu-se que a grande maioria dos agentes de C&T não poupa para a aposentadoria. Lusardi e Mitchell (2006) sugerem que a desinformação financeira pode

prejudicar a capacidade das pessoas de poupar para a aposentadoria e Holzmann e Miralles (2005), que educação financeira e de aposentadoria precisam ser mais aprimoradas. 34,29% dos agentes de nível A e 29,76% dos de nível B disseram não se preocupar com isso ainda. Entre os pesquisadores de nível A, metade afirma ter planos para começar a poupar, enquanto a outra metade não vê necessidade. Entre os de nível B, parte significativa declara já poupar recursos para a aposentadoria ou, pelo menos, ter intenção de começar a poupar. A maioria dos pesquisadores de nível C opta por contar apenas com a aposentadoria governamental (42,86%).

Tabela 2 - Capacidade de compreensão das despensas financeiras das operações de cartão de crédito por cargo

Cargo/Tipo de uso do cartão	Ellen ^a		Pedro ^b		Luís ^c		Nanci ^d		NR ^e		Total	
	f	%	F	%	f	%	f	%	f	%	f	%
C&T A	2	5,71	0	0	0	0	31	88,57	2	5,71	35	100
C&T B	14	16,67	4	4,76	4	4,76	62	73,81	0	0	84	100
C&T C	7	17,07	0	0	0	0	34	82,93	0	0	41	100
Pesq. A	0	0	0	0	0	0	4	100	0	0	4	100
Pesq. B	5	21,74	0	0	0	0	9	78,26	0	0	23	100
Pesq. C	5	35,71	0	0	0	0	9	64,29	0	0	14	100

Fonte: elaborada pelos autores.

^a Ellen, que sempre paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento. ^b Pedro, que geralmente paga todo o saldo do cartão de crédito no vencimento, mas ocasionalmente paga só o mínimo, quando está sem dinheiro. ^c Luís, que paga pelo menos o mínimo todo mês e um pouco mais quando tem alguma folga. ^d Nanci, que sempre paga o mínimo. ^e Não responderam.

A questão 7 avaliou a percepção dos pesquisados com relação a dívidas e aos custos financeiros envolvidos. Boa parte dos entrevistados acertou a questão, demonstrando compreender que as operações com cartões de crédito geram despesas financeiras sobremaneira elevadas quando a dívida é rolada. Os maiores índices de erro foram encontrados entre os pesquisadores de nível C (35,71%) e os agentes de C&T nível B (21,74%). De todo modo, cabe ressaltar que 41 dos 201 funcionários pesquisados (ou seja, 20,40%) equivocaram-se quanto a conceitos envolvidos no uso do cartão de crédito. Entre os agentes de C&T, 19,38% erraram a questão e, entre os pesquisadores, 24,39%. A despeito disso, na questão 8, os entrevistados demonstram uma espécie de redenção, respondendo de forma correta como agiriam na situação explorada na questão anterior. Cabe lembrar que, em pesquisa realizada também com servidores públicos, Claudino, Nunes e Silva (2009) apontaram para a insuficiência do nível de educação financeira do conjunto avaliado.

Na questão 9, avaliou-se se o pesquisado tem noção de que a antecipação de consumo está associada a um ônus (juros). Dos 160 agentes de C&T entrevistados, 52

(32,5%) afirmaram que quem paga mais por um bem é aquele que poupa e paga à vista. Desses 52 que erraram a questão, 31 (59,62%) são agentes de C&T nível B, um número bastante expressivo de funcionários ocupantes de um mesmo cargo que têm dificuldade de entender assuntos que envolvem avaliações básicas de taxas de juros. Entre os pesquisadores, um número menor (26,83%) assinalou a alternativa incorreta.

Abordando situação parecida com a abordada pela questão 9, a questão 10 pretendeu saber do entrevistado que ação ele tomaria para comprar um carro. Com exceção dos pesquisadores de nível A, a maioria dos entrevistados afirmou que pouparia por 15 meses para comprar o carro à vista. Entre os pesquisadores de nível A, metade prefere aderir ao financiamento em 24 vezes e a outra metade prefere poupar 8 meses e financiar o saldo restante em 8 prestações. Na amostragem geral, a opção menos assinalada foi a de aderir ao financiamento.

A questão 11 avaliou a noção de planejamento financeiro dos pesquisados. A maioria acertou a questão. Entre os agentes de C&T, apenas 9,38% erraram a pergunta e, entre os pesquisadores, apenas 9,75%. Chama atenção que, entre os pesquisadores, todos os que erraram são de nível B. O planejamento financeiro, por outro lado, foi uma das deficiências identificadas por Claudino, Nunes e Silva (2009) na pesquisa com servidores públicos.

O objetivo da questão 12 foi avaliar a percepção do entrevistado quanto à relação ativo-desemprego, ou seja, que ativo é considerado melhor para proteger a família em uma situação de desemprego. O maior número de respostas concentrou-se no ativo aplicação financeira. Chama atenção que apenas 17,14% dos agentes de C&T nível A e apenas 26,08% dos pesquisadores nível B apontaram o depósito em conta corrente e que, entre os agentes de C&T níveis B e C, a segunda opção mais assinalada foi a aplicação em bens como carro ou imóvel (17,86% e 21,95%, respectivamente). Na amostra geral, 80,63% dos agentes de C&T e 80,49% dos pesquisadores acertaram a questão.

Tabela 3 - Tipo de dívida e modo de pagamento por cargo

Cargo/Dívida	Financiamento a longo prazo		Não sabe como pagar		Pagará em pouco tempo		Não tem dívidas		Não respondeu		Total	
	F	%	f	%	f	%	f	%	f	%	f	%
C&T A	12	34,29	0	0	11	31,43	8	22,86	4	11,43	35	100
C&T B	40	47,62	4	4,76	15	17,86	21	25	4	4,76	84	100
C&T C	15	36,59	1	2,44	10	24,39	13	31,71	2	4,88	41	100
Pesq. A	2	50	0	0	0	0	2	50	0	0	4	100
Pesq. B	9	39,13	0	0	12	52,17	2	8,70	0	0	23	100
Pesq. C	2	14,29	0	0	0	0	12	85,71	0	0	14	100

Fonte: elaborada pelos autores.

Os dados obtidos com a questão 24 estão compilados na Tabela 3. Questionados sobre a contratação de dívidas, boa parte dos agentes de C&T afirmou estar engajada em algum tipo de financiamento de longo prazo. Uma quantidade expressiva de entrevistados afirmou não possuir dívidas pessoais. Esse número chega a 85% entre os pesquisadores de nível C. Um número pequeno daqueles que se dizem endividados não sabe como pagará as dívidas. Esse perfil está concentrado entre os agentes de C&T de níveis B e C. Chama atenção também que parcela expressiva dos endividados tenciona pagar as dívidas em pouco tempo. Esse número supera a metade dos entrevistados entre os pesquisadores de nível B.

5. Considerações Finais

Pela pesquisa realizada, objetivou-se avaliar se a experiência profissional como servidor público influencia o processo de tomada de decisões de consumo, poupança e investimento dos funcionários do IAPAR. Percorreram-se, para tanto, um conjunto de objetivos específicos, para os quais, correspondentemente, formularam-se oito proposições.

De acordo com os cruzamentos efetuados, não é possível afirmar com segurança que os agentes de C&T têm maior capacidade de reconhecimento e manejo dos conceitos-chave de finanças que os pesquisadores; há, no que toca a questão, certo equilíbrio entre os dois grupos. Muito embora tenha sido, entre os agentes de C&T, mais elevado o nível de acerto de questões referentes a despesas financeiras no cartão de crédito e à poupança, entre os pesquisadores, é mais elevado o nível de acerto de questões referentes a juros e outras despesas em financiamentos, à liquidez de ativos financeiros e a juros compostos. A proposição 1 não pôde, dessa forma, ser confirmada.

Tal como P1, a proposição 2 também não pôde ser confirmada, uma vez que, da mesma forma que se verificou certo equilíbrio entre os agentes e pesquisadores, também se verificou entre agentes de C&T nível C e agentes de C&T nível A. Assim, de acordo com os cruzamentos realizadas, não se pode afirmar que a os agentes de nível C tenham mais capacidade que os agentes de nível A. O índice de acerto de questões referentes a juros e outras despesas em financiamentos, à liquidez de ativos financeiros e a juros compostos é mais elevado entre os agentes de nível C, enquanto que o índice de acerto de questões referentes a despesas financeiras no cartão de crédito e à poupança é mais elevado entre os agentes de nível A.

As proposições seguintes (P3 a P8) serviram a subsidiar respostas ao segundo objetivo específico. A proposição 3 não pode ser considerada verdadeira, visto que os agentes de C&T tendem a aplicar seus recursos em investimentos de baixo risco, como bens imóveis e poupança. Apenas 16,87% dos agentes estariam propensos a aplicar em investimentos de médio ou alto risco, como ações, enquanto que, entre os pesquisadores, esse número sobe para 36,59%. A proposição 4, por sua vez, não pôde ser evidenciada, dado ter-se constatado que a maior parte dos agentes de C&T nível C tende a aplicar seus recursos em investimento de pouco ou nenhum risco, como aquisição de bens e poupança; 80,49% dos respondentes do grupo assinalaram essas alternativas. Número semelhante é encontrado entre os agentes de nível A: 77,14%.

A proposição 5 também não se permite afirmar de modo incontestado, pois, dos agentes de C&T, parcela bastante expressiva (80,63%) optou pela alternativa correspondente ao ativo que oferece maior segurança financeira e parcela muito semelhante (80,49%) dos pesquisadores também. A proposição 6, igualmente, também não pôde ser confirmada, já que, entre os agentes de C&T nível C, 70,73% assinalou a alternativa correspondente ao ativo que oferece maior segurança financeira, enquanto que, entre os agentes de nível A, o índice sobe para 77,14%. Em via inversa, a proposição 7 pôde ser considerada verdadeira. Quase metade dos agentes de C&T (46,25%) mostrou-se favorável à poupança: os respondentes ou já têm poupança própria para aposentadoria ou têm planos para começar a poupar. Entre os pesquisadores, esse número sobe consideravelmente, para 58,54%. A proposição 8, por sua vez, não pôde ser considerada verdadeira, visto que a propensão à poupança é maior entre os agentes de nível C (43,9%) que entre os agentes de nível A (37,14%).

O cumprimento do terceiro objetivo específico – para o qual não se formulou qualquer proposição – permitiu o delineamento da amostra explorada. Dados gerais relativos ao perfil dos respondentes possibilitam, entre outras extensões, a comparação com outras amostras. A persecução, por fim, do objetivo geral da pesquisa, proporcionou reconhecer que a experiência profissional como servidor público não influencia o processo de tomada de decisões de consumo, poupança e investimento dos funcionários do IAPAR. As principais fontes influentes desse processo são a experiência prática e o contato familiar.

Entre as limitações da pesquisa, destacam-se, sob o aspecto operacional, a impossibilidade de se chegar com o questionário a um número maior de colaboradores

da instituição, sob o aspecto metodológico, a ausência de um aprofundamento qualitativo das questões levantadas. É justamente em relação a esse último ponto levantado que se sugere que, em pesquisas futuras, sejam aplicadas, complementarmente, técnicas qualitativas, a fim de se verticalizarem as análises. Também, sugere-se que a pesquisa seja aplicada em outras amostras de servidores públicos de outras instituições. Comparações poderão indicar se os resultados alcançados guardam mais relação com o funcionalismo público ou com as qualidades comuns que caracterizam servidores de uma mesma instituição. As adaptações realizadas à proposta de Lucci *et al.* (2006) podem contribuir para a aplicação da pesquisa em outras entidades.

6. Referências

BRASIL. Decreto n. 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. **Diário Oficial do União**, Brasília, 22 dez. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2010/Decreto/D7397.htm> Acesso em: 16 nov. 2016.

CLAUDINO, L. P.; NUNES, M. B.; SILVA, F. C. Finanças pessoais: um estudo de caso com servidores públicos. In: SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.

ENGLAND, J.; CHATTERJEE, P. **Financial education: a review of existing provision in the UK**. UK: Department for Work and Pensions, 2005. Disponível em: <<http://dera.ioe.ac.uk/7210/1/rrep275.pdf>>. Acesso em: 21 de maio 2015.

GALLERY, N.; GALLERY, G.; BROWN, K.; FURNEAUX, C.; PALM, C. Financial literacy and pension investment decisions. **Financial Accountability & Management**, v. 27, n. 3, p. 286-307, 2011.

HOLZMANN, R.; MIRALLES, M. P. **The role, limits of, and alternatives to financial education in support of retirement saving in the OECD, Eastern Europe and beyond**, 2005. Disponível em: <<http://servizi.econ.unito.it/cerp/site/attachments>>. Acesso em: 17 de mar. 2012.

LELIS, M. G. **Educação financeira e empreendedorismo**. Centro de Produções Técnicas, 2006.

LUCCI, C. R.; ZERRENER, S. A.; VERRONE, M. A. G.; SANTOS, S. C. A influência da educação financeira nas decisões de consumo e investimento dos indivíduos. In: **Seminários em Administração**, 9, São Paulo, 2006. **Anais...** São Paulo, 2006.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. **Financial literacy and retirement preparedness: evidence and implications for Financial Education Programs**, 2006. Disponível em:

<<http://www.mrrc.isr.umich.edu/publications/papers/pdf/wp144.pdf>> Acesso em: 6 de abr. 2015.

OCDE. **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**, 2005.

Disponível em:

<<http://www.oecd.org/finance/financialeducation/improvingfinancialliteracyanalysisissuesandpolicies.htm>>. Acesso em: 03 de abr. 2015

PARANÁ. Decreto n. 2071, de 20 de julho de 2011. Publica as tabelas de vencimento básico e de remuneração com índice geral de 6,5%, concedido às carreiras estatutárias do Poder Executivo pela Lei nº 16.814, de 2011. **Diário Oficial do Estado**, Paraná, 20 jul. 2011. Disponível em: <

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=61140&indice=1&totalRegistros=1>> Acesso em: 16 nov. 2016.

PENG, T. M.; BARTHOLOMAE, S.; FOX, J. J.; CRAVENER, G. The impact of personal finance education delivered in high school and college courses. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 28, n. 2, p. 265-284, 2007.

PINHEIRO, R. P. **Fundos de Pensão e Mercado de Capitais**. São Paulo: Peixoto Neto, 2008.

RIBEIRO, C. A.; VIEIRA, K. M.; SANTOS, J. H. A.; TRINDADE, L. L.; MALLMAN, E. I. Finanças Pessoais: Análise dos gastos e da propensão ao endividamento em estudantes de Administração. In: Seminários em Administração, 12, São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo, 2009.

ROBERTS, J. A.; JONES, E. Money Attitudes Credit Card Use and Compulsive Buying Among American College Students. **Journal of Consumer Affairs**, v. 35, n. 2, p. 213-240, 2001.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, E. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista da Administração Pública [online]**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

WORTHINGTON, A. C. Predicting financial literacy in Australia. **Financial Services Review**, v. 15, n. 1, p. 59-79, 2006.

VIEIRA, S. F. A.; BATAGLIA, R. T. M.; SEREIA, V. J. Educação financeira e decisões de consumo, investimento e poupança: uma análise dos alunos de uma universidade pública do Paraná. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 9, n. 3, p. 61-86, 2011.

Recebido em: 17/06/2016
Aprovado em: 30/06/2016